

A percepção da responsabilidade sócio ambiental na indústria, no comércio e nos serviços de Novo Hamburgo - RS

*Roberto Harb Naime¹
Diego Rafael Bayer²
Gustavo Gomes Hoff³
Luiz Carlos Robinson⁴
Carlos Augusto Nascimento⁵*

"Não é possível separar o econômico do ambiental, como não é possível separar o social do político e do cultural". Washington Novaes.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar casos de práticas que demonstram a percepção de empresas da região de Novo Hamburgo, RS para o desenvolvimento de ações de responsabilidade socioambiental. Para tanto é feita uma introdução onde é apresentada a estrutura da discussão sobre responsabilidade socioambiental, sendo feita uma revisão bibliográfica onde são apresentados casos e conceitos de responsabilidade socioambiental corporativa em geral, em casos brasileiros. A seguir são apresentados conceitos básicos de gestão ambiental e sua interface com os conceitos representativos de desenvolvimento sustentável e posteriormente é feita uma exposição das principais escolas de responsabilidade socioambiental. São apresentados casos de iniciativas e práticas de empresas da região de Novo Hamburgo, RS. Nas conclusões é feita uma análise do estado da arte da atual discussão conceitual, concluindo que as empresas não tem se preocupado com a discussão semântica sobre os temas, tendo preferido potencializar suas iniciativas, os significados mercadológicos que alcançam e a dimensão da inserção social que representam.

Palavras-chave: socioambiental, responsabilidade, percepção.

¹ Professor do Mestrado em Qualidade Ambiental da FEEVALE e Coordenador da Engenharia Ambiental e da Engenharia de Alimentos do UNIVAG.

² Centro Universitário FEEVALE

³ idem

⁴ idem

⁵ idem

INTRODUÇÃO

Para compreender o conceito de responsabilidade socioambiental, inicialmente é recomendável conceituar o que entendemos como ambiental. Por isto, inicialmente buscamos uma conceituação de meio ambiente. As respostas mais comuns são que meio ambiente é tudo que nos cerca (NAIME e GARCIA, 2004, pg 22).

A literatura técnica e a própria legislação brasileira, através de suas leis e resoluções de órgãos como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 1986) tem definições mais amplas para este conceito. Meio ambiente "é o conjunto de relações entre os meios físico, biológico e antrópico". É intangível, não dá pra gente tocar e pegar.

O meio ambiente é assim. Tocar numa pedra, na água ou no solo é tocar num elemento ambiental do meio físico. Tocar numa planta, num animal é tocar num elemento do meio biológico. Tocar numa plantação, num produto industrializado ou num depósito de resíduos sólidos (lixo) é tocar num elemento do meio antrópico ou socioeconômico.

Os principais constituintes do meio físico são as rochas, solos, águas superficiais e subterrâneas, geomorfologia e climas. No meio biológico, os constituintes são a flora e a fauna. E no meio antrópico ou socioeconômico são todas as atividades do homem, nos setores primário, secundário, terciário e até quaternário, conforme os autores mais modernos.

Mas afinal o que são as relações? Quando alguém preserva um bioma, protegendo, evitando incêndios, impedindo caça e pesca predatórias, está construindo um tipo de relação com o bioma. Quando alguém vai lá e incendeia um pedaço de cerrado está estabelecendo uma outra relação entre o homem e o bioma.

Biomass são constituídos por elementos físicos e biológicos além do antrópico, que interagem entre si dentro de uma relação sistêmica hierarquizada por vários fatores (ODUM, 1988, pg 183).

Portanto meio ambiente não são apenas os elementos de flora que muito nos sensibilizam e das quais muito gostamos. Mas meio ambiente são as relações. E meio ambiente é um conceito antropocêntrico. São as conseqüências de todas as relações entre os meios que são produzidas pelo homem e que podem impactar a própria espécie humana. A linha que trabalha com esta tendência é a de estudos ambientais para implantação de intervenções de engenharia civil (estradas, barragens, pontes, *shoppings centers*, etc.)

Não há sentido no conceito de meio ambiente que não inclua o homem como o centro das motivações, afinal para que serviria um mundo totalmente preservado e em equilíbrio sem a presença do homem? Nesse caso nem mesmo a expressão meio ambiente teria sido inventada.

Existem muitas escolas de responsabilidade socioambiental (BIEDRZYCKI, 2005; CALLENBACH, 1993; FLORES, 2005; LEMOS, 2005; NASCIMENTO et ali, 2008), mas o exemplo que parece mais unir este conceito de gerenciamento integrado é O PRINCÍPIO DA ATUAÇÃO RESPONSÁVEL (“RESPONSABLE CARE”). Foi criado em 1984 no Canadá, pelas indústrias químicas, com o apoio da Chemical Manufactures Association (CMA). No Brasil é difundido pela ABIQUIM desde 1992. A partir de 1998 a adesão dos sócios da Associação Brasileira de Química (ABIQUIM) a este modelo é obrigatória. O programa enfoca saúde, segurança e meio ambiente, conhecidos internacionalmente pela sigla SHE (“safety, health and environmental”).

Esse trabalho integra segurança, saúde ocupacional e meio ambiente num único conceito. Desta forma é possível generalizar a idéia de que todas as iniciativas que tragam melhoria na qualidade de vida sejam ações de responsabilidade socioambiental. Este trabalho objetiva apresentar casos de práticas que demonstram a percepção de empresas da região de Novo Hamburgo, RS para o desenvolvimento de ações de responsabilidade socioambiental.

TRABALHOS ANTERIORES

A adoção de práticas consideradas social e ambientalmente responsáveis pelas empresas brasileiras está ocorrendo em um ritmo mais lento do que o esperado. Essa é a avaliação que se obtém da consulta realizada no site do Instituto Ethos. (http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1434/o_instituto_ethos/o_que_fazemos/o_que_fazemos.aspx, consultado em 22/04/2009) Na contratação de deficientes e jovens aprendizes, também “as empresas estão aquém do mínimo legal”, apesar da legislação.

Uma pesquisa divulgada em fevereiro do corrente ano pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDEC) mostra como está a situação dos bancos brasileiros em relação à responsabilidade socioambiental. Na pesquisa, a soma dos resultados dos principais bancos nas três áreas pesquisadas – a relação com os trabalhadores, com o meio ambiente e com os consumidores – ficou sempre abaixo da média. O banco ABN AMRO-Real ficou em primeira colocação, com nota classificada como regular.

Dentro das proposições estabelecidas pela abordagem ambiental do Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 21 que se constitui no principal documento gerado pelo encontro do Rio em 1992, e que tem o Brasil como seu principal signatário e posteriormente transformado em Programa 21 pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. No seu capítulo 30, que trata do fortalecimento do papel do comércio e da indústria, as entidades e empresas do setor produtivo se

comprometem a promover uma produção mais limpa e a ampliar sua responsabilidade empresarial, reconhecendo o manejo do meio ambiente como uma das mais altas prioridades e como fator determinante do desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 1997, p. 65).

As instituições financeiras internacionais como o BID, BIRD, GEF e as agências de cooperação (Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA e Sociedade Alemã de Cooperação Técnica-GTZ) foram reconhecidas como de principal importância para uma nova política ambiental a que as nações signatárias da Agenda 21 se comprometeram a dar seguimento. Isso significa que financiamentos de quaisquer origens, públicos ou privados, devem ser disponibilizados em consonância com os princípios e diretrizes acatados pelos países signatários.

O seu papel é cada vez mais relevante enquanto ator na gestão pública do meio ambiente. Isso porque, parece-nos, a questão ambiental vem perdendo, sob pressões do fenômeno da chamada globalização, e com a conseqüente e exacerbada mercantilização das relações materiais e imateriais da pós-modernidade, importância na pauta das questões políticas e se incorporando cada vez mais às questões de mercado.

Nesse sentido, as evidências se expressam no advento de novos instrumentos ofertados neste campo, como as auditorias, certificação de processos e produtos, análise e mapeamento de risco, centrais de tratamentos de resíduos, redes de estações automáticas, sistemas de informações geográficas, selo verde, modelos hidrodinâmicos, biodetectores, etc. (VIEIRA e BREDARIOL, 1998, p. 89).

As empresas têm se alinhado pelo viés da ética nos negócios e na responsabilidade social corporativa. Matérias e propagandas nessas áreas são abundantes em revistas, jornais e páginas de internet. Ainda que o resultado prático dessa nova postura das empresas ainda seja pífio na área ambiental e que existam poucas evidências de que os documentos, protocolos e outros compromissos assumidos por essas entidades influenciem ainda muito pouco suas decisões estratégicas (WOOD Jr., 2005, p. 35), a adoção de princípios de responsabilidade corporativa na área ambiental, em que pese à indução de padrões globais para práticas de controle ambiental decorrentes, inapropriadas a um mundo heterogêneo como o atual, e aos eventuais gastos com *marketing* dos programas que superam os gastos com os próprios programas, e que são, ao final, repassados a assimilados, via aumento de custos e preços, por toda a sociedade.

A palavra responsabilidade vem do latim *red spondeo*, significando a "capacidade de assumir as conseqüências dos atos ou das omissões, que pressupõe a ocorrência de um ilícito" (SÉGUIN, 2000, p. 275). Como gênero, portanto, a noção de responsabilidade vincula-se a exame de conduta voluntária violadora de um dever jurídico (VENOSA, 2003, p. 19).

O referido afastamento do elemento subjetivo da culpa só foi possível mediante a adoção de uma nova visão doutrinária, denominada doutrina do risco, que fez progredir o conceito da responsabilidade objetiva, deslocando a questão da responsabilidade extracontratual do critério da responsabilidade fundada na culpa para um ponto de vista exclusivo da reparação das perdas, que já não seria definido pela medida de culpabilidade, mas que deveria surgir do próprio fato causador da lesão a um bem jurídico. Em outras palavras: o problema da reparação dos danos sofridos deve ser proposto a partir da questão de "quem deve reparar os danos" e não da questão de "quem é o responsável" (BARACHO JÚNIOR, 2000, p. 297).

Essa evolução conceitual permitiu que a expressão responsabilidade fosse utilizada não apenas no direito formal, mas no direito real que tem os cidadãos de contar com a adesão voluntária das empresas e organizações para a prática de ações que caracterizem inclusão social, proteção ambiental integrada com saúde ocupacional e segurança do trabalho e melhoria geral de qualidade de vida das partes interessadas de um empreendimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico em periódicos e *sites* de referência sobre gestão e responsabilidade socioambiental existentes na Internet, para avaliar e descrever o estado da arte do tema em geral no Brasil e no mundo. Inicialmente foi feito um levantamento sucinto da questão da gestão ambiental na sociedade e posteriormente das relações entre o meio ambiente e as questões do desenvolvimento sustentável. Posteriormente foi feito um diagnóstico conceitual específico da responsabilidade socioambiental. Os periódicos, livros e *sites* consultados permitiram a realização de uma radiografia do tema. As pesquisas e investigações dos autores junto a atividades empresariais permitiram narrar alguns dos principais casos conhecidos e representativos na região estudada.

Foram realizados levantamentos para certificação empresarial da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (ACI-NH-CB-EV) dentro do escopo do programa "Empresa Amiga do Meio Ambiente". Nessa auditoria "in loco" realizada em diversas empresas foram verificados itens básicos como licenciamento ambiental, tratamento de efluentes e esgotos, programas de gestão de resíduos sólidos, monitoramento atmosférico do meio ambiente, representação institucional da área ambiental dentro do fluxograma da empresa, *ecodesign*, análise de ciclo de vida de produtos ("life cycle assessment") e iniciativas de responsabilidade socioambiental (programas de educação estendidos a colaboradores, programas de creches comunitárias, adoção de escolas públicas,

adoção de áreas verdes, participação em iniciativas comunitárias). Com base nesses dados foram estabelecidos *rankings* para premiação das empresas e levantados os dados para elaboração deste trabalho.

GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A gestão ambiental é um conjunto de procedimentos e normas para gestão das questões legais, éticas e práticas das relações de qualquer empreendimento privado ou público com os meios físico, biológico e antrópico que constituem o meio ambiente (NAIME, 2005, pg 119).

Inicia por um diagnóstico ambiental que é um levantamento sistemático e permanente de todas as situações que envolvem o gerenciamento ambiental da empresa, para que em momento algum possam ocorrer incidentes ou ocorrências surpreendentes, que não estejam dentro do planejamento sistematizado das operações. Esse diagnóstico é procedido através de uma auditoria ambiental que constitui um processo de verificação sistemática e documentada para avaliar as evidências que determinam se a política ambiental de uma organização tem conformidade com os critérios de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) implantado, avaliando a eficácia e a eficiência do mesmo.

Isto tudo ocorre num ambiente novo tanto local, quanto global, suscitado por novas demandas das partes interessadas "stakeholders". O mundo globalizado que exige novas posturas substitui as barreiras comerciais das tarifas externas, que agora são comuns na maioria dos países integrados em blocos econômicos, por demandas ambientais e sociais.

Na conferência de meio ambiente realizada pela Organização das Nações Unidas em 1972 em Estocolmo, a então primeira ministra da Noruega Gros Brundtland definiu as bases do conceito que viria a ser muito ampliado de desenvolvimento sustentável. Expôs o princípio que o desenvolvimento deve utilizar os recursos naturais necessários, sem comprometer o desenvolvimento e a vida das gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável se amplia cada vez mais. Mas inicialmente foi traduzido em iniciativas de *ecodesign* a partir da análise do ciclo de vida dos produtos, em otimização do uso de recursos hídricos, em eficientização energética, em tratamentos de efluentes ou esgotos, conforme o caso, implantação de programas de gestão de resíduos sólidos, monitoramento de emissões atmosféricas e programas de responsabilidade sócioambiental, tudo mensurado através de Indicadores de Desempenho Ambiental (IDAs) conforme indicação da Série ISO 14000. Esses indicadores de desempenho ambiental são os resultados mensuráveis de

Sistemas de Gestão Ambiental, relacionados com o controle de aspectos ambientais de uma organização, baseados em suas políticas, objetivos e alvos ambientais.

Atualmente é lícito afirmar que a sociedade espera das empresas um avanço em direção a iniciativas sócio-ambientais que permitam o gerenciamento integrado das questões. Existem várias escolas de gestão integrada, das quais citamos as principais.

A primeira é a gestão ecológica ou ecomanagement. Foi proposta por CALLENBACH (1993) no Instituto Elmwood, fundado em 1984 por Fritjof Capra, com o objetivo de mudar a forma de pensar e agir dos colaboradores objetivando a minimização dos impactos ambientais das atividades.

Outra iniciativa relevante é a responsabilidade socioambiental corporativa (RSC) É o comportamento ético dos gestores, encontram-se entre as mais importantes tendências da gestão ambiental moderna. Todas as ações que visem a promover a melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental são integradas com as necessidades e expectativas humanas, como proteção ao meio ambiente, proteção social, à saúde, à educação, ao lazer e à organização do trabalho (BIEDRZYCKI, 2005).

Destaca-se também o princípio da atuação responsável ("Responsible Care") Foi criado em 1984 no Canadá, pelas indústrias químicas, com o apoio da Chemical Manufactures Association (CMA). No Brasil é difundido pela ABIQUIM desde 1992. A partir de 1998 a adesão dos sócios da ABIQUIM a este modelo é obrigatória. O programa enfoca saúde, segurança e meio ambiente, conhecidos internacionalmente pela sigla SHE ("safety, health and environmental").

Atualmente é cada vez mais difundido nas empresas o princípio básico da gestão sustentável da cadeia de suprimentos ("supply chain management"). É assegurar maior visibilidade aos custos e outros eventos relacionados com a produção para satisfação da demanda, com o objetivo de minimizar os gastos do conjunto das operações produtivas e da logística entre as empresas (FERNANDES e BERTON, 2005).

Finalizando, cita-se o The Natural Step, ainda relativamente complexo quanto a aplicação cotidiana por parte das empresas, sendo proposto por uma organização independente que apresenta uma metodologia para atingir sustentabilidade empresarial. Considera a concentração das substâncias extraídas da crosta terrestre, concentração das substâncias produzidas pela sociedade, degradação do meio físico e do meio biológico e necessidades humanas (BARBIERI, 2004).

Do poder público a sociedade espera um significativo avanço que implica em adotar sistemas de gestão ambiental na administração da coisa pública e agir como estado nas funções de fiscalização e proteção da qualidade de vida de todos os cidadãos.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental (RSA) como estratégia organizacional vislumbra as questões sociais e ambientais que dizem respeito às preocupações com os impactos resultantes das operações organizacionais e seus efeitos. Isto ultrapassa fronteiras nacionais atingindo o mercado global que sofre pressões em torno da conservação ambiental. Neste contexto é crescente o número de organizações que procuram conformidades e normalizações da RSA reconhecidas em escala global, sob pena de perderem competitividade (NAIME, 2005).

Genericamente, responsabilidade socioambiental pode ser conceituada como um conjunto de ações que promovam o desenvolvimento, comprometido com a compatibilização ambiental e a inclusão social em todas as dimensões. Isto surge como uma nova demanda das partes interessadas (*stakeholders*) onde os consumidores passam a delimitar a escolha de seus produtos e serviços de acordo com a responsabilidade socioambiental percebida (OLIVEIRA e ALDRIGHI, 2000). No Brasil e no Vale do Rio dos Sinos é um fenômeno recente, mas que caminha em direção à consolidação.

Esta implicado que as empresas devem criar, difundir e coordenar, redes de relacionamento entre todos os atores sociais, como forma de compartilhar as ações e garantir sua eficácia e eficiência (ELKINGTON, 2001)

Cada vez mais os mecanismos internacionais e nacionais de financiamento exigem como contrapartida o enquadramento das empresas a normas e padrões de gestão e formas de atuação socioambiental.

A responsabilidade socioambiental "é uma postura ética permanente das empresas no mercado de consumo e na sociedade". Muito mais que ações sociais e filantropia, a responsabilidade social deve ser o pressuposto e a base da atividade empresarial e do consumo. Engloba a preocupação e o compromisso com os impactos causados a consumidores, meio ambiente e trabalhadores; os valores professados na ação prática cotidiana no mercado de consumo, refletida na publicidade e nos produtos e serviços oferecidos; a postura da empresa em busca de soluções para eventuais problemas e a transparência nas relações com os envolvidos nas suas atividades.

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (Instituto Ethos, 2006).

A Responsabilidade socioambiental corresponde a um compromisso de empresas que atuam na vanguarda, atendendo à crescente conscientização da sociedade, principalmente nos mercados mais maduros. Diz respeito à necessidade de revisar os modos de produção e padrões de consumo vigentes de tal modo que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, mas ponderando-se os impactos sociais e ambientais decorrentes da atuação administrativa e comercial da empresa.

ESTUDOS DE CASOS EM NOVO HAMBURGO

Na última década a economia da cidade de Novo Hamburgo passou por uma transição, deixando a matriz econômica baseada exclusivamente no setor coureiro calçadista, para uma matriz baseada em diversos segmentos como indústrias do plástico, metalúrgicas, gráficas, de serviços e ainda a fabricação de calçados, apesar de ter essa atividade diminuído por vários fatores. Foram visitadas para execução da auditoria ambiental patrocinada pela ACI de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha, 43 empresas localizadas nesses 3 municípios, predominando empresas sediadas em Novo Hamburgo.

A partir dessa transformação, novos empreendimentos trouxeram visões ambientais muito mais ampliadas e completas, não preocupadas apenas com a questão dos resíduos sólidos, que era um tema monopolista, juntamente com o tratamento de efluentes, quando a região era dominada pelo setor coureiro calçadista.

A tipologia dos resíduos industriais, e de outros gerados na região foi drasticamente alterada incentivando diversas atividades de compra e venda e também de reciclagem para esses resíduos. A concorrência de mercado força a valoração dos resíduos, disponibilizando para as empresas geradoras um recurso com grande capacidade de acolher e desenvolver projetos de responsabilidade social.

Todos os projetos desenvolvidos por empresas foram visitados dentro da auditoria patrocinada pela ACI de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha no Programa "Empresa Amiga do Meio Ambiente", edição de 2008.

Atualmente alguns projetos da iniciativa privada se destacam e demonstram a capacidade de desenvolvimento social a partir do gerenciamento de resíduos. Entre muitos exemplos, uma rede de lojas de roupas infantis optou por reverter toda a renda gerada com a venda das embalagens plásticas para uma escola municipal, através da compra de material escolar. Atualmente essa iniciativa simples arrecada um recurso em torno de R\$1.100,00 (mil e cem reais) por mês, sendo o valor revertido em cadernos, livros e demais materiais escolares.

Bancos do município doam os papéis gerados e já triturados para uma creche pública e centenas de crianças com idade entre zero e sete anos são beneficiadas com

a compra de alimentos, berços, ventiladores, brinquedos e outros. A iniciativa gera um recurso em torno de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais) por mês.

Metalúrgicas revertem parte dos recursos obtidos com a venda de *zamac*, alumínio e outros para programas de treinamento com adolescentes carentes ou mesmo para o Projeto Pescar, amplamente difundido entre grandes empresas da região do Vale dos Sinos. Muitos desses adolescentes acabam o treinamento e são efetivados pelas empresas ou encaminhados para outras empresas, iniciando no mercado de trabalho já com boas noções da importância do gerenciamento ambiental e de responsabilidade social.

Atualmente uma rede de cooperação entre as indústrias gráficas da região visa disponibilizar para ações sociais uma parte dos recursos obtidos com a venda dos resíduos de papel e chapas de alumínio. Vendendo resíduos em conjunto as empresas acabam conseguindo valores de venda melhores e aumentam os recursos gerados com o gerenciamento ambiental. Parte desses recursos será destinada a projetos de inserção social através de treinamento para pessoas carentes.

Uma indústria calçadista, notável pelas ações de sustentabilidade, mantendo um programa de otimização de uso de recursos hídricos, tratamento de esgotos dos colaboradores e reúso da água, gestão de resíduos sólidos e campanhas de reflorestamento de matas ciliares, mantém uma creche de bairro da Prefeitura. Outra indústria calçadista doa todos os resíduos para a Escola Municipal João Goulart para que os alunos e professores confeccionem e vendam produtos diversos.

Supermercados distribuem quantidade significativa de sacolas plásticas, que, segundo estudos recentes apontam o consumo mundial de 1.000.000 de sacolas plásticas por minuto e que apenas 0,6% delas são recicladas. A diminuição do consumo é melhor alternativa do que a reciclagem. Uma empresa do ramo colocou em prática idéia surgida informalmente em conversa com funcionários, a substituição das sacolas por embalagens de papelão já usadas, aquelas em que foram acondicionados produtos já expostos nas gôndolas do supermercado.

Os funcionários foram instruídos para que, em rápida conversa com o cliente quando da passagem pelo local de pagamento das compras, sugiram aos compradores a substituição das sacolas pelas caixas de papelão que são mais fáceis de acomodar na mala dos veículos e protegem as mercadorias adquiridas. A separação das embalagens, por característica dos produtos antes armazenados garantem o adequado acondicionamento sem deixar odor nos produtos adquiridos. Esse sistema permitiu a esta empresa a diminuição de 22% na entrega de sacolas plásticas para seus clientes nos três primeiros meses de implantação do programa.

Todos esses exemplos demonstram claramente que sistemas simples de gestão ambiental, quando implantados em unidades privadas conveniadas a compradores de resíduos, representam ótimas possibilidades de ações sociais. Sob o aspecto ambiental

o município se favorece diminuindo a carga de coleta, transporte e disposição. Para as empresas privadas que aderem aos programas de responsabilidade ambiental, abre-se uma janela interessante de *marketing* ambiental, muitas vezes atendendo as exigências dos consumidores.

Para os beneficiados, ações ainda que isoladas de apoio a atividades e programas de inserção social a partir da renda obtida com o gerenciamento de resíduos, representam a esperança de um novo futuro, além da consciência ambiental que se torna nítida e necessária.

CONCLUSÕES

Os conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental ainda são motivos de polêmicas entre os diversos atores envolvidos com estas situações nas empresas. Sempre existem dúvidas sobre o que é meio ambiente, o que faz parte do meio ambiente e o que é relevante para o meio ambiente.

Sobre desenvolvimento sustentável, existe maior consenso. A Confederação Nacional da Indústria e o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL) e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEDBS), hoje apresentando um *site* mais amplo através do IBV (Instituto Brasil Verdade), repassam claramente essas questões. SATO e SANTOS (1996) e CAVALCANTI (1995) resgatam a necessidade cada vez maior de reciclagem das matérias primas, associada a políticas de otimização do uso de recursos hídricos e programas de eficiência energética. Também são relevantes tratamento de efluentes líquidos com contaminações químicas, programas de gestão de resíduos sólidos que facilitem e estimulem os procedimentos de reutilização e reciclagem e as ações de monitoramento atmosférico na emissão de poluentes no ar.

Esse é o caminho da sustentabilidade, baseada no princípio básico de utilizar os recursos naturais sem comprometer a vida das gerações futuras. E os recursos naturais são finitos e precisam de uma abordagem que considere essa realidade como premissa.

A tendência moderna é de gestão integrada que significa associar saúde ocupacional, segurança do trabalho e proteção ambiental, com ações sociais que priorizem a melhoria da qualidade de vida das populações que integram grupos de partes interessadas "stakeholders", quer sejam consumidores, clientes, acionistas, vizinhos, integrantes de associações comunitárias ou outros.

A grande maioria das empresas tem procurado se adaptar a essa realidade e evitado compartilhar discussões semânticas sobre a natureza das ações que pratica.

Não tem importado se as ações são ambientais, socioambientais, de segurança do trabalho, de saúde ocupacional, ou ações sociais.

Há uma percepção nas corporações estudadas na região, e nos exemplos proporcionados no país, de que todos os vetores convergem para a mesma direção, e as experiências diversas narradas de empresas da região corroboram esta tendência e sinalizam pela sua diversidade e amplitude que os conceitos irão evoluir muito ainda e provavelmente depois das práticas estabelecidas, para agregar as iniciativas desenvolvidas, já que claramente as práticas é que têm determinado a confecção dos arcabouços teóricos.

Isso ocorre porque as demandas são maiores do que as formulações e a realidade cotidiana demonstra claramente na região, como de resto em todo país, que primeiro é necessário atender as solicitações e depois deixar que os conceitos se ampliem. São mais significativos e as empresas percebem como mais importante potencializar suas iniciativas, os significados mercadológicos que alcançam e a dimensão da inserção social que representam.

The socioenvironmental liability perception in industry, commerce and services in Novo Hamburgo - RS

ABSTRACT

This study aims at presenting cases of practices that demonstrate the perception of companies in the region of Novo Hamburgo, RS for the development of shares of social responsibility. For this, there is an introduction, which shows the structure of the discussion, a literature review in which cases are presented and concepts of corporate social responsibility in general. Basic concepts of environmental management and its interface with the representative concepts of sustainable development and then made an exposure of the main schools of socioenvironmental liability. Then are presented cases of initiatives and practices of companies in the region of Novo Hamburgo, RS. In the conclusion an analysis of the current state of the art conceptual discussion in made, concluding that the companies have not been concerned with the semantic debate of the issues, just enhancing initiatives, the marketing meanings are reached and the size of social integration they represent.

Keywords: socioenvironmental, liability, perception

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- BARBIERI, J. C. Gestão ambiental organizacional: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BIEDRZYCKI, J. A. Responsabilidade social – um instrumento de articulação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. 2005, Monografia (Curso de Pós-Graduação em Responsabilidade Social e Gestão Ambiental – MBA – especialização) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2005.
- CALLENBACH, E. et al Gerenciamento ecológico: *ecomangement*. Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo: Cultrix/Amaná, 1993.
- CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.
- CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) Resolução 001/1986 de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as diretrizes gerais para uso da avaliação de impacto ambiental. Publicado no D. O . U de 17 /2/86.
- ELKINGTON, John . “The triple botton line for the 21st-century business”. In: STARKEY, Richard & WELFORD, Richard. Business & sustainable development. Londres, Earthscan, 2001, pp. 20-43
- FERNANADES, B. H. R. e BERTON, I. H. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FLORES, Shana Sabbado. Alinhamento Estratégico dos Objetivos de Sustentabilidade na Cadeia de Fornecedores da Copesul. Trabalho de conclusão de curso, Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- INSTITUTO ETHOS. Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e nas cadeias de valor. São Paulo, 2006, 100p (http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/proces_gerenciais_web.pdf)
- LEMO, A. D. C. et al. Responsabilidade socioambiental e percepção dos consumidores. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO ORGANIZACIONAL E MEIO AMBIENTE, Rio de Janeiro, *Anais ...* Rio de Janeiro, FGV, 2005 CD ROM.
- NAIME, Roberto. Diagnóstico Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
- NAIME, Roberto; GARCIA, Ana Cristina de Almeida. Percepção Ambiental e Diretrizes para Compreender a Questão do Meio Ambiente. Novo Hamburgo: Feevale, 2004
- NASCIMENTO, L. F., LEMO, A. D. C. e MELLO, M. C. A. Gestão sócioambiental estratégica. Porto Alegre. Bookman, 2008, 232p.
- ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Guena & ALDRIGHI, Dante Mendes. "Governança corporativa: para que e para quem?". FIPE. Informações. vol. 240, São Paulo, set. 2000.

SATO, M.; SANTOS, J. E. Agenda 21 em sinopse. São Carlos, 1996. 41 p. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos.

SÉGUIN, Elida. *O direito ambiental: nossa casa planetária*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. Cidadania e política ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1998.

WOOD Jr., Thomaz. Vitória de Pirro. Carta Capital, São Paulo, ano XI, n. 328, p. 35, 9 fev. 2005.